

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CURSO DE PEDAGOGIA EM CONFORMIDADE A LEI FEDERAL 11.645/08

Cleonildo Mota Gomes Júnior¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência na docência em relação à prática pedagógica desenvolvida com graduandos(as) no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia em uma Instituição de Ensino Superior em Recife/PE diante da Disciplina sobre a temática indígena na sala de aula. Nessa visão, os livros didáticos utilizados pelos docentes necessitam de uma revisão histórica e cultural dos povos indígenas do Brasil, pois este recurso pedagógico é considerado por alguns professores como o único meio da construção do conhecimento. Assim, a proposta pedagógica aplicada aos graduandos(as) tem a intenção de analisar os livros didáticos de História do Ensino Fundamental, especificamente aqueles que pertencem ao Programa Nacional do Livro Didático entre os períodos de 2008 a 2011. É relevante para os profissionais da educação buscar construir um novo olhar em relação à população indígena, trazendo informações precisas sobre a verdadeira história destes povos. É possível compreender, em relação à prática pedagógica, que os manuais didáticos não poderão mais propor em seus conteúdos/planejamentos de aula, a imagem de uma população monocultural, ultrapassada e estagnada no tempo.

Palavras-Chave: Livro Didático. Lei Federal nº 11.645/08. Prática pedagógica.

ABSTRACT: This article aims to present an account of experience in teaching in relation to the pedagogical practice developed with undergraduates in the course of Full Degree in Pedagogy in a certain Institution of Higher Education in Recife / PE in front of the Discipline on Indigenous Thematic in classroom. Because the textbooks used by teachers require a historical and cultural revision of the indigenous peoples of Brazil. For this pedagogical resource is considered for some teachers as a single means of knowledge construction. Thus, the pedagogical proposal applied to undergraduates (as) directs to analyze the textbooks of History of Elementary Education, specifically those that belong to the National Program of Didactic Book between the periods of 2008 to 2011. It is relevant for educational professionals should seek Construct a new look regarding the indigenous population, bringing accurate information about the true history of these peoples. It is possible to understand before the pedagogical practice that the textbooks can no longer experience in their contents / lesson plans the image of a monocultural population, outdated and stagnant in time.

Keywords: Didactic Book. Federal Law No. 11.645 / 08. Pedagogical practice.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade de Pernambuco - UPE Mata Norte; Pós-Graduado em História da África pela Fundação de Ensino Superior de Olinda – FUNESO/UNESF e em Ensino de História e Geografia pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA/ISEAD – Recife/PE.

Introdução

Os contextos históricos das populações indígenas incorporados nos livros didáticos de História eram vistos de forma omissa, pois a história era escrita a partir da ótica dos europeus. Assim, os índios apareciam nos livros como coadjuvantes e, além do mais, tendiam a ficar ocultos, como se estas populações fossem desaparecer por um processo natural de desenvolvimento. Outro ponto encontrado em alguns livros de história retratam os índios brasileiros de uma forma a não dimensionar o conhecimento sobre estas populações, consideradas como povos omitidos dos livros didáticos.

É importante salientar que, a partir dos movimentos sociais, principalmente os movimentos indigenistas, houve a necessidade de renovar, no âmbito da educação brasileira, o olhar sobre o contexto histórico das sociedades indígenas.

Portanto, as discussões pautadas nos livros didáticos sobre as populações indígenas brasileiras constituem-se em seu processo por meio de aspectos culturais, evidenciando apenas os elementos culturais específicos de determinado povo, esquecendo que há na dinâmica da sociedade indígena uma sociodiversidade que precisa ser compreendida pelos leitores, principalmente aqueles que estão no universo educacional.

Acredita-se que tais mudanças que vem acontecendo no campo educacional, através de algumas medidas constituídas em documentos oficiais, como a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), são uma tentativa de valorizar o processo de histórico das populações afro-brasileira. Outra mudança está relacionada na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Nº 9.394/96 alterada pela Lei Nº 11.645/08 em seu Artigo 26-A, obrigando as instituições de ensino públicas ou privadas a incluir em seus currículos de ensino a História e Cultura Indígena.

Com a inserção da Lei supracitada, alguns livros didáticos de História tiveram que passar por uma mudança no que se refere ao contexto histórico tanto dos povos afro-brasileiros quanto os povos indígenas. Desta forma, os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático estão incorporados e estabelecidos às condições para o conjunto dos fenômenos das práticas educativas, mercado editorial e concepções teórico-metodológicas que permanecem inertes e não se modificam dentro do contexto histórico.

Portanto, podemos definir o livro didático como “um instrumento impresso intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem com o fim de melhorar a eficácia” (GÉRARD & ROEGIERS, 1998, p.19). Assim, os manuais didáticos são uma reunião de partes ou elementos inseridos e ordenados para auxiliar na obtenção de informação, conhecimento e aprendizagem. Portanto, ao compreendermos a verdadeira relevância do livro didático como subsídios para os docentes e discentes no âmbito escolar, podemos ressaltar que o mesmo às vezes é a única arma poderosa para desmistificar o etnocentrismo em relação à cultura do outro.

Percebe-se, por meio das discussões e práticas pedagógicas nos cursos de licenciatura em Pedagogia na Disciplina, a temática indígena em sala de aula, porque na maioria das vezes esta temática em evidência não está inserida da forma correta nos livros didáticos, principalmente nos livros de História referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Assim, buscou-se através desta prática pedagógica, direcionado aos graduandos e graduandas em formação docente, verificar como os livros didáticos estão inserindo o conteúdo de história e cultura dos povos indígenas, contemplando ao que se refere à Lei

Nº 11.645/08, que prescreve a obrigatoriedade das escolas públicas e privadas a incluir em seus currículos de ensino a história e cultura dos povos indígenas.

Como subsídios para este questionamento, os graduandos(as) do Curso de Pedagogia foram direcionados(as) a analisar alguns livros didáticos de História do Programa Nacional do Livro Didático para buscar as respostas sobre a temática desenvolvida durante a disciplina. Pois, a partir das leituras que fundamentaram a disciplina, houve o subsídio para o desenvolvimento desta prática pedagógica, possibilitando a todos os envolvidos – graduandos e graduandas – a compreender, refletir e de recontar a história das populações indígenas aos seus educandos.

Para atender melhor este anseio, o presente artigo tem como apresentar como os livros didáticos de História do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental do Programa Nacional do Livro Didático vêm transmitindo a veracidade em relação ao processo sócio-histórico das populações indígenas. Mostrar-se-á neste texto as questões culturais e étnicas, e reflexões sobre o contexto histórico das populações indígenas através das descrições obtidas nos livros didáticos e concepções dos estudantes envolvidos na prática pedagógica.

No decorrer deste artigo, apresentam-se as discussões voltadas para o conhecimento da história dos povos indígenas, pontuando um breve relato sobre a presença do índio ontem e hoje e a articulação dos livros didáticos, imagem e história das sociedades indígenas e cenários sócio, político, histórico e cultural brasileiro. No segundo momento procuramos discutir os princípios norteadores da metodologia utilizada durante o processo das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula ao longo da oferta da Disciplina pela a Instituição de Ensino Superior. Trata-se de entender quais os discussões e métodos levaram a compreensão da coleta de dados durante a dinamização dos conteúdos. No terceiro momento abordamos a interpretação e análise de investigação de 01 (um) livro de História do Programa Nacional do Livro Didático entre os períodos de 2008 a 2011.

Portanto, foi preciso que os graduandos em Pedagogia passassem a conhecer alguns teóricos e autores para subsidiar a realização desta atividade acadêmica, os quais propõem aos educandos em formação docente a reflexão sobre as suas práticas pedagógicas em sala de aula. É importante ressaltar que esta atividade conduz aos educandos a conhecer o que está incluso nos livros didáticos de História sobre as populações indígenas em conformidade a Lei Federal Nº 11.645/08.

Isso foi necessário para que todos pudessem compreender o papel social dos livros didáticos de História na formação e construção do seu conhecimento. E que estes, estivessem preparados para atuar em nossa sociedade no sentido de visualizar as populações indígenas como parte integrante na construção e formação da história do Brasil. Mas, para que esta relação seja positiva e possa ser praticada pelos nossos educandos, os professores precisam estabelecer uma relação diária em sala de aula, proporcionando através das práticas pedagógicas a construção de um novo olhar para estas populações.

Entre os vários livros analisados pelos graduandos, foi escolhido apenas 01 (um) livro de História dentre as diferentes editoras e autores pertencentes ao Programa do Livro Didático (PNLD) buscando, através das análises, apresentar os resultados a respeito da inserção da Lei Nº 11.645/08 instituídos nesse livro. Optou-se por trabalhar estas práticas pedagógicas considerando as publicações entre 2008 a 2011.

Um breve contexto histórico dos povos indígenas no Brasil: o ontem e hoje

Ao iniciarmos a discussão, trazemos esta citação como forma de instigar o que irá ocorrer no decorrer deste artigo:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas, e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento duma mão travessa, da grossura de um fuso de algodão, agudos na ponta como furador. [...]. Além do rio, andavam muitos deles, dançando e folgando uns diante dos outros, sem se tornarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se, então, além do rio Diogo Dias, almoxarife de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer: e levou consigo um gaitero nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a danças, tornando-lhes pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali muitas voltas ligeiras e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, 1º DE MAIO DE 1500).

Percebe-se através da escrita do escrivão sobre a população nativa a marca de um olhar sentimental de encantamento. Mas esse mesmo olhar cheio de sentimentos e de gestos inocentes fez com que se encobrissem as trocas de diversos objetos. Assim, essas trocas eram encobertas de interesses dos europeus que aqui chegaram durante a colonização brasileira e que eram desconhecidas pelos próprios povos nativos.

Desta forma, quando o comandante português Pedro Álvares Cabral, à frente de uma frota de treze navios, chegou às terras que hoje fazem parte do território brasileiro, no dia 22 de abril de 1500, garantiu a posse delas para o rei de Portugal. Entretanto, com a chegada desses povos já mencionados, trouxe para as populações indígenas da época grandes modificações culturais. Conforme Cotrim (2002, p. 193), por meio desse processo,

Modificou-se profundamente o modo de vida dos indígenas, alterou-se o meio ambiente, criaram-se novas relações sociais e econômicas. Apesar do movimento ter se concentrado nas regiões litorâneas, os europeus avançaram pelo interior do território. Esse avanço foi marcado por lutas, tanto pela posse de terra quanto de riquezas naturais.

Verifica-se que a população considerada como “nativa” em época sempre foi subordinada pelos europeus, pois a visão que imperava neste período era exatamente a da cultura europeia. Outro ponto em discussão está relacionado ao nome “índio” que nasceu de uma ilusão histórica. Pois, o nome “índio” surgiu da primeira impressão que Cristóvão Colombo teve, ao chegar às “Índias”.

Essa ideia partiu do momento que ele havia se convencido que tinha tido chegado às índias, pois, mesmo sabendo que não estavam na Ásia. Desta forma, eles permaneceram denominando os povos nativos na época como índios simplesmente por ser mais a atitude mais simples e, além disso, por causa do seu objetivo, a dominação da

cultura, da economia, da religião e da política.

Apesar da imposição dos valores europeus em relação à população indígena, sabemos os índios e os portugueses viviam uma relação conflituosa. Os Europeus sempre os obrigavam a trabalhar usando a violência e impondo a escravidão. Mas os índios resistiam a várias formas de imposição, principalmente as ligadas ao trabalho escravo.

A escravização indígena foi estabelecendo a parte em meados do século XVI, principalmente os colonos portugueses passaram a necessitar de mão de obra para a produção açucareira. Os portugueses e alguns aliados indígenas guerreavam contra os “índios inimigos”, e os prisioneiros eram distribuídos ou vendidos como escravos. (COTRIM, 2002, p.198).

É preciso compreender diante deste fato que a população indígena era submetida na época, devido à necessidade de mão de obra para o cultivo da cana de açúcar. Além disso, os portugueses vendiam os próprios índios para lucrar e expandir o açúcar para outras regiões. Vale salientar que nesta época os índios eram muito explorados, como uso de transporte para levar mercadorias a serem comercializadas pelos europeus (CUNHA, 1987).

Assim, diversas formas de opressão e repressão foram vivenciadas pelos índios durante a colonização, tendo havido diversas tentativas de abolir a escravidão desses povos. Pois, “a escravidão dos índios foi abolida várias vezes em particular no século XVII e no século XVIII: ou seja, a abolição foi várias vezes, por sua vez, abolida” (CUNHA, 1987, p. 82). Neste sentido a escravidão indígena perdurou em sua história até um determinado período, ou pelo menos, entre os meados do século XIX e na contemporaneidade esta realidade de certa forma se perpetua, porque se percebe a falta de equidade social entre os povos.

Portanto, é importante compreender que tais reivindicações dos povos indígenas no Brasil são fruto de um processo histórico mal resolvido. E a partir dessa realidade, surgiram diversas Leis em benefício da população indígena e que foram inseridas e sancionadas na Constituição Federal do Brasil de 1988, podendo ser destacada a Lei nº 11.645/08 que obriga as escolas tanto públicas quanto privadas a inserir nos currículos oficiais a obrigatoriedade do Ensino da História dos Povos Indígenas.

Criaram-se também na conjuntura da sociedade brasileira alguns órgãos de proteção aos índios, entre eles, destacamos a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o propósito de prestar serviços a esta população perante a sociedade brasileira. É válido ressaltar que “o capítulo VIII da Constituição Federal (CF), intitulado Dos Índios, em seus artigos 231 e 232 e respectivos parágrafos, delineou as bases políticas em que se devem efetivar as relações entre os diferentes povos indígenas e o Estado brasileiro” (SANTOS, 2004, p. 87).

Nos autores Cunha (2012) e Grupioni (2004) verificamos que, no contexto sociocultural das populações indígenas da atualidade, há registros referentes ao surgimento de leis que vêm agregar ainda mais o fortalecimento destes povos, tanto nas questões territoriais, culturais e educacionais.

Neste sentido compreendemos que a imagem do índio, permanece na maioria das vezes como seres primitivos e de cultura estagnada no tempo, e quanto trabalhada limita-se a uma única cultura, esta estabelecidas apenas nos livros didáticos. Pois, ainda

é difícil encontrar nestes materiais uma imagem positiva relacionada a essa população, porque “falar em índio é falar em passado, e fazê-lo de uma forma secundária: o índio aparece em função do colonizador. Mas, que passado é este?” (GRUPIONI, 2004, p. 487). Assim, buscaremos refletir qual a imagem sobre os povos indígenas que é estabelecida nos livros didáticos de História direcionados às séries iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º Ano.

O Livro Didático de História: escritos e imagens dos Povos Indígenas no Brasil

Retratar as sociedades indígenas brasileiras nos livros didáticos é fazer uma análise sobre a possível articulação entre a imagem do índio com o livro didático e a escola na sociedade não índia. Pois, certas informações contidas nos materiais didáticos não condizem com as referentes populações indígenas. A realidade destes povos é retratada apenas no contexto da chegada dos portugueses e não enfatiza informações da atual situação desses povos, principalmente nas questões relacionadas à política, à economia e à educação.

Um ponto a ser discutido em relação à imagem dos indígenas nos livros didáticos refere-se à quantidade de páginas relativa a esse conteúdo, mostrando a população índia brasileira como subordinada à colonização, como mão de obra gratuita e sendo catequizada. Assim, mostra-se necessária uma mudança de dados nos registros encontrados nos livros didáticos - de História - e nos trabalhos das instituições escolares, como também nas instituições de níveis superiores. Ao mesmo tempo, é preciso que os profissionais em educação busquem um conhecimento prévio sobre essas populações.

Nessa direção Gadotti (200, p. 42) enfatiza que

A escola não deve apenas transmitir conhecimentos, mas, também, preocupar-se com a formação global dos alunos, numa visão onde o conhecer e o intervir no real se encontrem. Mas, para isso, é preciso saber trabalhar com as diferenças, isto é, é preciso reconhecê-las, não camuflá-las, e aceitar que para me conhecer, preciso conhecer o outro.

Estes saberes não acontecem somente na escola, mas também nos espaços extraclasse, com a troca de valores, entre educandos e educadores. Portanto, nas escolas a questão das sociedades indígenas é frequentemente ignorada nos programas curriculares e por vezes, “tem sido sistematicamente mal trabalhada dentro da sala de aula” (GRUPIONI, 2004, p. 13). Assim, os professores apresentam-se mal informados sobre a temática e os livros didáticos têm poucas referências, além de problemas no tratamento das questões da diversidade étnica e cultural existente no Brasil.

Desta forma, levar aos cursos de formação docente – Licenciatura Plena em Pedagogia – as práticas pedagógicas que contemplem uma reflexão a partir do conhecimento sobre as populações indígenas como a análise dos livros didáticos, é subsidiar o que prevê a legislação educacional constituída na Lei nº 11.645/08 a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas.

Neste sentido, precisamos compreender que na atualidade encontramos alguns autores de livros que possibilitam, aos docentes em processo de formação,

fundamentarem sobre a historicidade dos povos indígenas no Brasil, como Grupioni (2004, 2005), Tassinari (2004), Silva (2004), que em sua pesquisa conseguiram (re) construir um novo olhar para as populações indígenas.

É perceptível a relevância das informações corretas e atuais para a compreensão das diversidades culturais das sociedades indígenas brasileiras. Porque se observa em seu contexto histórico que houve um início de interesse por dados atuais sobre os povos indígenas, principalmente em relação à educação.

É importante refletir diante das informações obtidas em alguns campos de informações, principalmente em sites da internet, que poderemos encontrar informações não corretas sobre as populações indígenas. Além do fato de os livros didáticos trazerem poucos parágrafos retratando o processo histórico desses povos, com algumas imagens distorcidas que não auxiliam a construir uma positividade a respeito das populações indígenas.

Entre outro contexto, os índios são apresentados nos livros através das antigas e percepções conhecidas sobre eles apenas ao que se refere à forma da alimentação, da caça, da pesca, ou até mesmo mostrando tipos de armas e ocas².

Entretanto, “para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua” (GADOTTI, 2000, p. 42). Porque o conhecimento escolar deverá ser uma construção através do processo conceitual do estudante sobre a realidade étnica e cultural de um povo e que estes acontecimentos devem ter registros nos livros didáticos. Mas que também se possa, através de uma análise crítica dos livros didáticos, (re)construir uma nova concepção de fazer história.

Nesse caso qual é a imagem do índio no livro didático? Como o livro didático transmite informações sobre outras culturas e sobre outros povos? Enquanto inquietações, esses fatos são discutidos nos cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, pelos graduandos e graduandas. Logo percebemos nas indagações em sala de aula e nos materiais estudados as concepções enraizadas na sociedade em relação ao conhecimento histórico dos povos indígenas no Brasil. Percebe-se, assim, o quanto se faz necessário esta prática pedagógica - a análise dos livros didáticos em conformidade a Lei Federal nº 11.645/08 - desenvolvida em sala de aula durante os encontros da disciplina sobre as questões indígenas.

Porque através desta prática pedagógica podemos desconstruir o que internalizou nas concepções dos educandos sobre a história dos povos indígenas. Porque através dos ensinamentos constituídos pelos livros didáticos de História, esses materiais permanecem trazendo a imagem das sociedades indígenas reproduzidas erroneamente, com informações mínimas e descontextualizadas, enquanto as demais culturas e os povos demonstram-se de forma corretamente no contexto atual.

Neste sentido Grupioni (2004, p. 13) nos chama a atenção, porque

Ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas. Nas escolas a questão das sociedades indígenas, frequentemente ignorada nos programas curriculares, tem sido sistematicamente mal trabalhada dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto e os livros didáticos com poucas exceções, deficientes no tratamento das diversidades étnicas e cultural existente no Brasil (...). As organizações não governamentais, que tem elaborado campanhas de apoio aos índios e produzindo material informativo sobre eles tem atingido uma parcela muito reduzida da sociedade.

² Para a Antropologia a nomenclatura que deve utilizar-se é “casa do índio”.

Em conformidade com este raciocínio, podemos considerar que isto é um alerta e uma crítica aos representantes políticos e aos intelectuais tão homenageados e cheios de prestígio no meio social. Pois as escolas que estão ainda presas ao sistema ideológico neoliberalista, precisam rever suas ideologias. Assim, necessitam usar a sensibilidade e a influência em prol da mudança sobre as fontes de informações das sociedades brasileiras. E principalmente aos livros didáticos que trazem ainda uma visão ultrapassada, como se as sociedades indígenas vivessem nos tempos coloniais. Logo, percebe-se que no contexto histórico as populações indígenas são representadas pela cultura histórica da colonização e eram considerados como ingênuos e preguiçosos, e vítimas dos colonizadores (MONTEIRO, 2004).

Nesta perspectiva, os docentes em formação docente precisam (re)conhecer a nova concepção histórica que constitui as sociedades indígenas para montar planos metodológicos que deem suporte e condições aos alunos para que possam criar atividades que conduzam suas próprias descobertas, através da prática do pensar, da crítica, trocas de saberes, comparação e reflexão (MACEDO, 2004). Mas, para que haja aprendizagem significativa é necessário que os conteúdos externem significados objetivos aos alunos e alunas.

Portanto, “através da técnica do estudo dirigido, os alunos são levados a pensar, a contribuir, a expor as suas ideias, a justificar e fundamentar seus pontos de vista e devido a tudo isto, suas contribuições são originais” (MACEDO, 2004, p.569). Para isto, é preciso trazer para discussão os conhecimentos prévios dos alunos, contextualizando e comparando com as informações atualizadas. Além de todos os recursos possíveis sobre os assuntos lecionados.

Em relação à imagem construída sobre os índios brasileiros nos livros didáticos de História, precisam ser analisados e entendidos com um olhar diferenciado e positivo. Porque esta temática é relegada a um segundo plano e, além disso, as sociedades indígenas são pouco pesquisadas e trabalhadas na área de educação. Neste sentido, o que mais preocupa diante do que está direcionado nas práticas pedagógicas, são as escolhas de livros e textos que retratam sobre as populações indígenas nos cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Porque os materiais didático-pedagógicos precisam ser analisados conforme o que diz respeito à Lei nº 11.645/08, que na maioria dos casos são pouco trabalhados no contexto escolar. Sendo este um recurso didático considerado como metodológico no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e que deve ter um olhar crítico em seu contexto escrito (GRUPIONI, 2004).

Infelizmente, a visão sobre as populações indígenas na contemporaneidade ainda traz um conceito etnocêntrico, por parte de alguns indivíduos da sociedade que internalizaram essa ótica através dos livros didáticos, porque essas visões estavam direcionadas através da época as quais foram escritos esses estudos (MONTEIRO, 2004). É importante ressaltar que o conceito de etnocentrismo está inserido na história de todas as sociedades, onde a percepção de mundo é colocada através da visão única como referência cultural. Portanto, precisamos, enquanto cidadãos exercer a nossa cidadania e estabelecer uma relação construtiva com as diferenças étnicas e culturais.

Metodologia

Para a realização desta atividade realizada nas aulas sobre a temática indígena

nas instituições de ensino, buscou-se analisar alguns livros didáticos de História do Programa Nacional do Livro Didático do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, e como estes livros vêm retratando o contexto sócio-histórico das populações indígenas do Brasil.

Desta forma, durante os encontros, os graduandos e graduandas foram informados sobre a temática através das leituras de artigos científicos, teses de dissertações, capítulos de livros e projeções de vídeos e outro recurso didático-pedagógico sobre a temática em evidência.

Entre as várias referências, buscamos a utilização dos textos - capítulos - extraídos de livros para a discussão e compreensão em relação ao contexto histórico dessas populações através dos escritos de Grupioni (2004), Tassinari (2004), Cunha (2012) e outros para verificar a veracidade dos fatos sobre as populações indígenas, principalmente quando retratados nos livros didáticos de História.

Os graduandos e graduandas foram divididos em grupos e a eles e elas foram entregues um roteiro que norteou o processo de investigação dos livros didáticos. A escolha dos livros, dos autores, público alvo e série destinada, foram de escolha dos grupos. Foram utilizadas também nesta prática pedagógica outras fontes de informação como os documentos oficiais, neste caso as Leis Federais que estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram utilizadas também fontes secundárias, como revistas, artigos científicos, dissertações de mestrado e jornais, que ajudaram também a construção do conhecimento sobre a imagem dos índios nos livros didáticos e a respeito da própria história destas populações.

É importante compreender que a prática pedagógica por meio da leitura desses materiais refletiu na abordagem dos livros analisados e compartilhados em sala de aula, através da apresentação por meio da projeção de slides. Todos os envolvidos na produção acadêmica conseguiram dialogar e divulgar os trabalhos, pontuando a positividade e as possíveis melhoras para a (re)construção histórica dos povos indígenas estabelecidos nos livros analisado.

Desta forma, os graduandos conseguiram compreender a dinamização da prática pedagógica desenvolvida e a contemporaneidade da presença dos índios de forma crítica, conduzindo a todos questionador que nos subsidiaram a construção do novo sobre estas populações.

Resultados das análises

Os livros didáticos através da prática pedagógica em sala de aula com os graduandos e graduandas do Curso de Pedagogia

Os livros didáticos estabelecidos nas práticas pedagógicas em sala de aula tiveram um direcionamento por meio do editorial do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que são distribuídos e selecionados pelas escolas municipais para que os professores durante um período possam escolher e utilizarem em sala de aula.

O livro didático analisado e escolhido nesta prática pedagógica foi a “**Coleção hoje é dia de História**” do 5º ano, publicado pela Editora Positiva, 2011, estando na segunda edição, de autoria de André Luíz Joaquinho, Cláudia Regina Baukat Silveira Morera e José Antônio Vasconcelos. O livro está dividido em quatro unidades, contendo

cada uma três capítulos direcionado os conteúdos a serem vivenciados.

De imediato percebemos que nas páginas 15 (quinze) e 16 (dezesseis), os autores ressaltam a escravidão dos índios e negros vivida durante a colonização, estando estas populações sob a autoridade dos portugueses. Neste momento histórico foi introduzida a distinção entre trabalho manual e intelectual entre índios, negros e portugueses. Há uma ilustração no texto de Calixto Benedito Martim Afonso de Souza que mostra o caminho de Piratininga de 1880, que apresenta os portugueses chegando a terras brasileiras, quando obrigam os índios a trabalhar, descarregando os barcos.

No decorrer do texto, há uma passagem onde os autores apresentam as duas faces do trabalho existente na época colonial. Verifica-se que neste contexto, há uma única referência sobre os povos indígenas que se encontra na página 16 do livro em análise, apresentando assim, os motivos da escravidão indígena. A informação contida no texto ressalta os motivos que fizeram os portugueses recorrer à escravidão, tanto dos indígenas como dos africanos e o peso da escravidão em relação à posição social dos portugueses na época da colonização dos trópicos (JOANILHO; MORERA & VASCONCELOS, 2011).

O contexto demonstrado na página 15 deste livro demonstra o trabalho doméstico e o porquê a escravidão ter sido abolida. Pois, a partir deste enfoque, o livro nos leva a repensar um pouco as questões sobre as populações indígenas. Mas o livro em análise não ressalta os porquês do trabalho e a escravidão do povo indígena de forma mais enfática. Apesar da repressão vivida por estas populações, seu trabalho explorado contribuiu de forma efetiva para o progresso do país, informação que foi omitida no livro.

O segundo capítulo do livro em análise traz como título “O Brasil de Portas Abertas”, inicia na página 23 e termina na página 33. Esta parte elucida sobre os hábitos dos brasileiros e apresenta muitos povos que contribuíram com a formação da nossa sociedade. No capítulo intitulado “É gente que vai e vem”, situado entre as páginas 34 e 47 do livro, os únicos comentários sobre as populações indígenas retrata que desde os tempos da colonização a ocupação do território brasileiro foi uma preocupação dos nossos governantes.

Apesar de extensas áreas serem habitadas por numerosos povos indígenas entendia-se que os chamados “vazios humanos” eram um perigo. “Apesar da ampliação, nos últimos anos, do número daqueles que escrevem sobre os índios e de algumas tentativas de produção de materiais de divulgação, constatamos que o conhecimento produzido não tem tido impacto que poderia ter” (GRUPIONI, 2004, 483). Verifica-se também que não há uma fonte de informação concreta de acordo com os fatos ocorridos. Conforme a história dos povos indígenas no Brasil, estes territórios (os chamados “vazios”) foram retirados destas populações e, na contemporaneidade, buscase demarcá-los a partir de processos legais instituídos na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 231 capítulo VIII.

Pode-se ressaltar ainda que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar os seus bens” (SOUZA FILHO, 2000, p. 167). Seria importante o livro analisado ter dados sobre a atual realidade dos povos indígenas do Brasil, porque há registros escritos que demonstram as lutas pela reintegração de terras para plantar e sobreviver, apesar dos direitos conquistados, continua sendo violados na prática.

Na página 45 os autores procuram explicar as regras de um jogo – o jogo da

onça - que filhos de seringueiros e pescadores aprenderam com os índios, e percebemos que não há informações necessárias para a construção do conhecimento. Pois, o livro analisado poderia propor aos leitores maiores informações sobre a diversidade cultural existente nas sociedades indígenas. Trazer apenas uma definição de jogo pode elevar a internalizar nas concepções daquele profissional que esteja trabalhando com o material didático - o livro - a perceber e compreender que as populações indígenas não sejam compostas por uma diversidade cultural. Pois é preciso compreender a diversidade cultural existentes nas sociedades indígenas (TASSINARI, 2004).

Na segunda unidade escrita no texto do livro, percebe-se que os autores procuraram inserir algumas informações sobre a religião indígena, apresentando que, entre o final do período monárquico e o início da república, um dos fatos mais marcantes das comunidades era a forte religiosidade de seus membros. Percebe através das análises que os autores justificam que com durante a proclamação da República estabeleceu-se a liberdade de culto no país. Mas a maioria da população continuou composta por católicos.

Assim, a religiosidade popular era marcada por diversas influências, apresentando elementos do catolicismo, das religiões indígenas e das religiões de origem africana. Neste contexto, o livro analisado apresenta um único momento relacionado ao contexto dos povos indígenas sem demonstrar a continuidade da mutação da cultura. Isto, conduzindo ao leitor a percebe o engessamento das tradições religiosas dos povos indígenas, sem direcionar a “sociodiversidade que há entre esses povos” (SILVA, 2012).

No segundo capítulo, intitulado “A industrialização e êxodo rural”, situado entre as páginas 60 e 68, verificamos que os autores não dialogam sobre a temática dos povos indígenas, já que muitos índios também migraram em busca de sobrevivência, entre estes fatos ressaltam-se as grandes repressões e opressões vividas durante o período colonial. Outro ponto discutido no livro são os “Movimentos Sociais e Reforma Agrária” situado entre as páginas 70 e 78.

Continuando o processo da análise do livro didático em evidência, na terceira unidade, encontramos no primeiro capítulo, entre as páginas 80 e 94 o conteúdo direcionado “A cidade na história”, cujo enfoque direciona como eram as cidades colônias. Na página 91 percebemos que os autores não direcionam informações sobre as contribuições dos povos indígenas para a formação dessas cidades.

Percebe-se que existe uma omissão do conhecimento sobre esta realidade ou não houve interesse dos autores em apresentar aos leitores a veracidade dos fatos. Desta forma, os autores deste manual “precisam rever suas fontes e as teorias que seguem, balizando seus livros em pesquisa mais contemporânea” (GRUPIONI, 2004, p. 492). No segundo capítulo, intitulado “Vida na cidade: trabalho e diversão” situado entre as páginas 95 e 105 verificamos que os autores não descrevem os trabalhos indígenas, apenas apresentam referências e ilustrações aos trabalhos dos povos negros. Entretanto, quando trabalhado este capítulo em sala de aula, tem-se a impressão de que os povos indígenas nunca foram pessoas trabalhadoras. Isto traz uma reflexão pejorativa e discriminatória sobre estas populações.

Por meio desta situação, podemos ressaltar que “os livros didáticos, principalmente este analisado, traz em suas descrições um conjunto de informações incorretas, incompletas ou descontextualizadas sobre os índios” (GRUPIONI, 2004, p. 492). Isto, conduz a uma limitação de informação, porque na atual sociedade os índios estão inseridos em diversos contextos sociais, como escola, participação política e entre

outros aspectos.

No segundo capítulo que corresponde às páginas 131 a 141, encontramos um subtítulo intitulado “Circulação de produtos e serviços”, os autores discutem sobre a origem do dinheiro da jornalista Bárbara Soalheiro e como ocorriam as trocas, referindo-se como exemplos os povos africanos, mexicanos, suecos etc. Direcionando para o conhecimento histórico do Brasil, devemos compreender que as bases de trocas no período colonial iniciaram-se a partir dos portugueses e os povos indígenas, os últimos considerados como povos nativos.

É importante compreendermos que com a chegada dos europeus, os índios da colônia “carregavam o pau-brasil em troca de bugigangas e miçangas, ajudam os portugueses a construir fortes e casas que dão origem às primeiras povoações e ensinam aos brancos a sobreviver e conhecer a nova terra” (GRUPIONI, 2004, p. 490). Por mais uma vez, nos deparamos com a falta de informações obtidas no livro.

No terceiro capítulo, intitulado pelos autores como “Circulação de ideias” descrito nas páginas de 142 a 154, percebe-se que nos escritos sobre os povos indígenas, apenas uma ilustração retratando a tecnologia que traz a criança indígena neste contexto. É importante compreendermos que, apesar de poucas informações encontradas nesse livro, os autores conseguem demonstrar um pouco da contemporaneidade dos povos indígenas. Compreende-se através deste fato e pelas dificuldades de inserção social das tecnologias nos aldeamentos, os índios estão envolvidos no mundo tecnológico.

No livro analisado, os autores informam que há um projeto - índios on-line - que dá condições de sete povos indígenas como Kariri, Kiriri, Tupinambá, Pataxó-hã, Hã, Hãe, Tumbalala (Estado da Bahia), Xukuru-Kariri, Kariri-xocó (Estado de Alagoas) e o Pankararu (Estado de Pernambuco) permitindo-lhes trocas de experiências. Com esse projeto as populações assistidas conseguem resgatar e conservar sua língua, história e tradição, promovendo também cursos e diálogos com os povos não indígenas.

No último capítulo desta unidade, “Modo de vida nas cidades”, nas páginas 106 a 116, há duas ilustrações e comentários sobre os escravos negros e seu modo de vida. Porém, os autores não conseguiram trazer informações sobre os índios. É importante refletir que os livros didáticos não podem omitir o contexto histórico vivenciado pelos povos indígenas.

Finalizando a quarta unidade, o capítulo “Circulação de Gente”, escrito nas páginas 118 a 130, verificamos que os autores procuraram colocar no livro um pouco a respeito da questão da língua materna dos povos indígenas, os alimentos e os choques culturais que acontecem na sociedade brasileira, por falta de esclarecimentos históricos sobre a sociedade brasileira. O livro também mostra a localidade dos brasileiros que emigraram para o Brasil, mas sem mencionar o contexto das populações indígenas. Logo, percebemos que “faz-se necessário repensar o significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram – ou registram pouco – seu passado através da escrita” (MONTEIRO, 2004, p.227).

Desta forma, é perceptível que nesta obra analisada as questões históricas dos povos indígenas são trabalhadas de forma reduzida, impossibilitando aos leitores, principalmente os profissionais da educação que detém este manual, informar a complexidade da história dos povos indígenas do Brasil. É importante ressaltar que os próprios historiadores necessitam buscar um novo contexto sobre as populações indígenas, para que os próprios livros didáticos venham informar a verdadeira participação destes povos (MONTEIRO, 2004).

Considerações Finais

Trabalhar com a formação docente envolvendo práticas pedagógicas através de análises dos livros didáticos em sala de aula é oportunizar aos graduandos e graduandas das Licenciaturas, especificamente os cursos de Pedagogia a conhecerem a história das sociedades indígenas e compreender a luta desses povos no reconhecimento e cumprimento de seus Direitos em busca de sua autonomia, cidadania e democracia.

Porque os livros didáticos, quando analisados nos cursos de formação docente, incorporam e estabelecem condições para o conjunto dos fenômenos das práticas educativas, o que facilitará aos docentes em atuação e em formação os compartilhamentos teóricos e metodológicos aos graduandos e graduandas para as possíveis mudanças de suas práticas pedagógicas.

A análise do livro didático conduziu aos docentes em formação compreender que o livro é considerado em sua estrutura como um instrumento impresso intencionalmente estruturado e utilizado como processo de ensino/aprendizagem que precisam ter certo cuidado pelos profissionais da educação, porque se torna eficaz para a construção do conhecimento humano.

Neste contexto, percebemos que os manuais didáticos também são uma reunião de partes ou elementos inseridos e ordenados para auxiliar na obtenção de informação, conhecimento e aprendizagem. Assim, a prática pedagógica estabelecida durante a realização da disciplina sobre a temática indígena em sala de aula releva que o livro didático também é um recurso de dimensões diversas. Além de informar, instruir e educar, ao perceber essa relevância, ele deve subsidiar os docentes e discentes a compreender o que está oculto em relação aos processos históricos da humanidade.

A falta de informações obtidas nos livros didáticos sobre as populações indígenas no contexto social, cultural, étnico, econômico entre outros, pode interferir para a inserção da proposta legais estabelecidos através da Lei Federal 11.645/08. Desta forma, percebemos que a (re)construção histórica os povos indígenas nos livros didáticos de História deve-se instituir mediante a referida lei, para o reconhecimento e valorização histórica destas populações. E as editoras devem e podem direcionar os conteúdos inseridos nos livros didáticos para a ampliação do conhecimento das populações indígenas.

A relevância da prática pedagógica desenvolvida, de cunho científico, poderá servir de suporte para futuras indagações, fontes de informações para construção de novas Pesquisas, sobre avisos, apreciações e ponderações. Tecnicamente esta prática pedagógica servirá para futuros pedagogos com subsídio para construção de materiais didáticos e um planejamento que proporcione os educando ao pensamento crítico, a prática da observação e ao questionamento para atuar na fragmentação e desconstrução da visão estigmatizadora que a sociedade adquiriu sobre as sociedades indígenas do Brasil.

Constatamos que a prática pedagógica no Curso de Pedagogia por meio da Disciplina *A Temática Indígena em Sala de Aula* vem fortalecer o que diz respeito ao Artigo 26-A da Lei 11.645, pois reflete a proposta curricular da instituição para a formação docente. Isto porque os livros didáticos ainda resguardam um discurso tradicional e reproduzem uma ideologia de supremacia das classes dominantes no pensamento humano. Assim, devemos compreender que a educação está intimamente ligada às políticas culturais, assim como o currículo escolar não pode ser desassociado das práticas pedagógicas, pois este não é um conjunto neutro de conhecimentos.

Neutralidade que, de algum modo, aparece nos textos e nas salas de aula, considerados como troca de conhecimentos.

Referências

BRASIL. *Lei n.º 11.645/08, de 10 de março de 2008*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acessado em: 10 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. “*Guia de Livro didático: PNLD-2013 História*”. Ensino Fundamental dos Anos iniciais: Brasília, 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro Da. *Índios no Brasil: História, direito e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas Atuais da Educação*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GERARD F. M. ROGIERS X. (1993) *Concevoir et évaluer des Manuels Scolaires, Bruchelas*. De Boeck-Wesmail. Tradução portuguesa de Júlia Ferreira e de Elena Peralta. Porto: Porto, 1998.

GIL, Antonio Carlos. *Método e Técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: MEC: MARI: Unesco, 2004. p. 481-525.

JOANILHO, André Luiz; BAUKAT, Claudia Regina Baukat; MOREIRA, Silveira; VASCONCELOS, José Antônio. *Hoje é Dia, 5º ano*. 2. ed. Curitiba: Positiva, 2011.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. “Um Olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil”. In: SIVA, Aracy Lopes da; Grupionni, Luiz Donizete Benzi. *A temática indígena escola*. São Paulo: Global, 2004.

MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva. Estratégias Pedagógicas: A temática Indígena e o trabalho em sala de aula. In: : SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: MEC: MARI: Unesco, 2004. p. 527-552.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: MEC: MARI: Unesco, 2004. p. 221-236.

SILVA, Edson. Povos Indígenas: História, Culturas e o Ensino a partir da Le 11.645. *Revista Historien UPE/Petrolina*, v. 7, p. 39-49, 2012. Disponível em: <<http://www.espacociencia.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/TextoIndios.pdf>>. Acessado em: 10 out. 2018.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Os direitos indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (orgs.). *A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: MEC: MARI: Unesco, 2004.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. O direito envergonhado: o direito e os índios no Brasil. In: GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Global, 2000. p. 153-168.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Sociedade indígena: Introdução ao Tema Diversidade cultural. In: Silva Aracy Lopes; Grupioni, Luís Donizete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global: Brasília: MEC: MARI: Unesco, 2004. p. 445-476.

TEIXEIRA, Francisco M.P. e Rosaly Braga Chianca. *A Aventura do Saber, 5º ano*. São Paulo: Leya, 2011.

TELLES, Norma. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora. In: LOPES DA SILVA, Aracy (org). *A questão indígena na aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Brasiliense, 1987.